

Na linha do advento histórico da língua portuguesa: norma, variação e mudança

Within the line of the historical advent of the Portuguese language: norm, variation and change

Américo Venâncio Lopes Machado Filho¹ 
americo.venancio@ufba.br

Paulo Osório² 
paulo.osorio@uab.pt

¹ Universidade Federal da Bahia

² Universidade Aberta; Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Resumo

Falado em diferentes latitudes geográficas, o português conformou-se, em seu advir histórico, em língua multicultural e multiespacial de expressão, sendo, na atualidade, referenciador de pluralidades e mediador de variadas perspectivas de representação. Sua trajetória, registrada pela escrita há pelo menos oito séculos, demonstra processos de variação e de mudança. Estes se foram construindo, micro e macroscopicamente, no esteio da história, refletindo as naturezas sintrópica e entrópica a que se sujeitam todas as línguas naturais, isto é, à integração pendular existente entre a energia que compõe e movimenta o seu sistema linguístico e o papel das variáveis aleatoriamente ou randomicamente impulsionadas por seu sistema social. Neste artigo, pretende-se realizar uma incursão a aspectos de variação e de mudança, próprios do português, em diferentes níveis de análise linguística, desde sua origem, no período arcaico, até o português brasileiro, contemporâneo, permitindo-se comparações pontuais com outras variedades da língua portuguesa no mundo, assim como com crioulos de base lexical portuguesa. Sob a ótica da linguística histórica, busca servir de macro esboço do processo de constituição da língua, de forma dinâmica e exemplar, no sentido de sua representação

Editores-chefes
Marcus Dores
Célia Lopes

Recebido: 09/09/2025
Aceito: 22/11/2025

Como citar:
MACHADO FILHO,
Américo Venâncio
Lopes; Osório, Paulo.
Na linha do advento
histórico da língua
portuguesa: norma,
variação e mudança.
Revista LaborHistórico, v.11,
n.2, e65501, 2025. doi:
[https://doi.org/10.24206/
lh.v11i2.65501](https://doi.org/10.24206/lh.v11i2.65501)

no tempo, cronologicamente avaliado, e no espaço, em que se constituiu e em que hoje se manifesta dialetal e diastraticamente.

Palavras-chave:

Língua Portuguesa. História. Variação. Mudança.

Abstract

Spoken in different geographic latitudes, Portuguese has given in, in its historical foundation, to a multicultural and multi-spatial language of expression, being, nowadays, a reference of pluralities and mediator of diverse perspectives of representation. Its trajectory, recorded in writing for at least eight centuries, demonstrates processes of variation and change. These have been micro and macroscopically built on the mainstay of history, reflecting the syntropic and entropic natures to which all natural languages are subject, that is, to the pendular integration which exists between the energy that makes up and moves its linguistic system, and the role of variables casually or randomly driven by its social system. In this paper, we intend to make a written review of aspects of variation and change, typical of Portuguese, at different levels of linguistic analysis, from its origin, in the archaic period, to contemporary Brazilian Portuguese, allowing for specific comparisons with other varieties of the Portuguese language around the world, as well as creoles with a Portuguese lexical base. From the perspective of historical linguistics, it seeks to serve as a macro sketch of the process of constitution of the language, in a dynamic and illustrative way, in the sense of its representation in time, chronologically evaluated, and in the space, in which it was constituted and in which today the dialect manifests itself and diastratically.

Keywords:

Portuguese Language. History. Variation. Change.

Introdução

Este contributo é, propositadamente, amplo, abarcando alguns fenômenos e conceitos linguísticos do domínio da história do português. Nesta investigação, nosso objetivo não recairá em uma explanação exaustiva desses mesmos fenômenos linguísticos (muitos deles já amplamente trabalhados), mas pretendemos, antes, recuperá-los à luz de um formato teórico com conceitos provenientes da área da

Física. Poderá este nosso desiderato parecer, à primeira vista, ousado. No entanto, acreditamos que reside aqui a própria originalidade do estudo, utilizando-se um embasamento teórico-metodológico multifacetado e proveniente de outras áreas do conhecimento. Assim, servindo-nos de alguns construtos originários de áreas como a Física, ou até mesmo a Filosofia, propomo-nos abordar a variação e a mudança do português, pelo recurso à teoria da “energia” e à aplicação dos conceitos de “sintropia” e de “entropia”, tal como já adiantado no resumo.

Assim, segundo o físico Carlo Rovelli (2018, p. 120), a indexicalidade é a

característica que certas palavras especiais têm de apresentar um significado diferente a cada vez que são usadas, fazendo com que muitas coisas só se tornem compreensíveis se levarmos em conta a existência do ponto de vista (2018, p. 121),

inobstante caber à ciência “descrever o mundo da maneira mais objetiva possível” (2018, p. 119). Uma dessas palavras é o Tempo, que, enquanto, para o poeta, seja evento tão “voraz” que “ao leão cega as garras” e faz “à terra (...) devorar seus genes” (Shakespeare, 2015, p. 29), é, para o linguista histórico, conquanto, uma das mais circunscritas variáveis para a compreensão da variação e da mudança, fenômenos endêmicos a todas as línguas naturais.

Quando Coseriu (1979) propôs uma releitura dos modelos dicotômicos saussureanos de sistema/fala e de sincronia/diacronia, com a introdução das noções de história e de norma em coerência, propulsionou que se pensasse o tempo em uma nova perspectiva, incluindo-se, na ideia de cronologia, o peso inalienável dos eventos sociais.

Quase em concomitância histórica, como sói ocorrer na história da humanidade, mas um pouco antes temporalmente, já se haviam estreado as bases da sociolinguística, no conhecido manifesto de Labov, Weinreich e Herzog (Labov et al., 1968), para quem a norma assumiria papel de destaque nas análises, incorporando-se, diferentemente, da visão estruturalista, à ideia de um contínuo com o próprio sistema, isto é, considerando-o uma interação inequívoca entre os elementos funcionais, isto é, material substantivo, opositivo e discreto, suas regras de junção e disjunção para a composição dos significados, e os eventos normais, ou seja, os hábitos reiterados de usos das diferentes comunidades de fala, cabendo à história arrematar diacronia e norma, impondo, então, a distinção do que se convencionou chamar de tempo real e de tempo aparente³.

³ Na verdade, “a sociolinguística dá nova força empírica ao princípio de que a mudança não se dá por mera substituição discreta de um elemento por outro, mas que o processo histórico, pressupondo sempre um quadro sincrônico de variação, envolve fases em que as variantes, estratificadas social e estilisticamente, coexistem e fases em que elas entram em concorrência, ao cabo da qual uma termina por vencer a outra, podendo, por vicissitudes do processo, subsistirem áreas sociais e/ou geográficas em que a mudança não se dá” (Faraco, 2005, p. 186-187).

Das diferentes subáreas integrantes da linguística histórica *lato sensu*, como a sociolinguística, a dialetologia, a linguística diacrônica, é o viés homônimo daquela grande área, a linguística histórica *stricto sensu*, a que inexoravelmente mais depende da noção de tempo social para suas pesquisas sobre seu objeto teórico, a mudança⁴. É essa necessidade que tem provocado a reinterpretação terminológica de seu espectro, demandando conceitos que assegurem a manifestação mais eficiente em suas análises.

Sendo que as línguas possuem uma dimensão tanto sistemática como histórica, pretende-se, pois, de acordo com os princípios da linguística histórica⁵, equacionar alguns percursos temporais do português, contemplando-se essa trajetória até o português brasileiro da contemporaneidade. Partindo-se do princípio de que as línguas não são estáticas e que sincronia e diacronia se complementam, é objetivo aqui entender o processo de mudança do sistema⁶, na certeza de que, tal como apontado por Wilhelm von Humboldt, uma língua é *energeia*⁷.

Existem duas noções da Física que muito podem concorrer para a melhor compreensão do tempo nos estudos linguísticos e sua função na história, nomeadamente, para o entendimento da variação e da mudança, os de sintropia e entropia. Sobre eles, tratar-se-á na sequência deste texto.

⁴ Como refere Coseriu (1979, p. 228-229), “se a mudança é entendida como fazimento sistemático da língua, é evidente que não pode haver nenhuma contradição entre “sistema” e “mudança” e, mais ainda, que não cabe sequer falar de “sistema” e “movimento” — como de coisas opostas —, mas apenas de “sistema em movimento”: o desenvolvimento da língua não é um perpétuo “mudar”, arbitrário e fortuito, mas uma perpétua sistematização. E cada “estado de língua” apresenta uma estrutura sistemática precisamente porque é um momento da sistematização. Com o conceito de “sistematização” a antinomia entre diacronia e sincronia é superada de maneira radical, já que são eliminadas, ao mesmo tempo, tanto a assistemática quanto a pretensa estaticidade do sistemático”.

⁵ Para mais desenvolvimentos, remete-se para o trabalho clássico de Bynon (1977).

⁶ A observação dessa mudança exige, naturalmente, algumas posições da parte do investigador: “Pas plus que le commun des mortels, il [le linguiste] n’aura, avant réflexion, l’impression qu’il ne parle plus, qu’on ne parle plus autour de lui exactement la même langue que celle qu’il avait apprise dans son enfance. Après réflexion, il devra se convaincre de deux choses l’une: ou bien la langue est engagée dans le processus évolutif constant qu’il faut bien supposer pour expliquer les changements que l’on constate à grande échelle, ou bien cette langue est celle d’une communauté exceptionnellement stable, sans contact avec le reste du monde et où les gens font preuve d’un conservatisme total. Je doute, pour ma part, qu’un linguiste déclaré puisse appartenir à une telle communauté, s’il en existe aujourd’hui dans le monde” (Martinet, 1989, p. 48-49).

⁷ Cf. Von Humboldt (1949) e veja-se, igualmente, Coseriu (1988, p. 44-45).

1. Discutindo norma e sistema, com base nos conceitos de sintropia, entropia e tempo para os estudos da história das línguas

Em um de seus muito instigantes poemas, nomeadamente no que intitulou de *Impressão digital*, diz o poeta português António Gedeão (2010, p. 9):

Os meus olhos são uns olhos
E é com esses olhos uns
que eu vejo no mundo escolhos
onde outros, com outros olhos,
não veem escolhos nenhuns (...).

A primeira discussão necessária, por razões de clareza, remete ao entendimento do que seriam *escolhos*, sem o qual a leitura do fragmento poético poderia se inviabilizar, sobretudo por não integrar esse item no uso do léxico geral ativo do português hoje, notadamente no Brasil ou quiçá mesmo em Portugal. Nenhum homem urbano comum deve, em tese, reconhecer de imediato essa unidade, senão por acidente de erudição ou condicionamento de uma norma específica.

Originalmente, do latim *scropulus*, etimologicamente introduzido no português pelo italiano *scoglio*, refere-se o termo a pequenos rochedos que emergem com pouca visibilidade à flor da água e que, por se configurarem como um risco à navegação, demandam dos mareantes *aperi oculos*, como diriam os latinos, isto é, ‘abre olhos’, cujas sucessivas alterações metaplásmicas desaguaram no português *abrolhos* e, assim, através de forças metafóricas, chegaram mesmo, no presente, a denominar um arquipélago na costa da Bahia, no Brasil. Este é um exemplo incontestável do poder da mudança e conseqüentemente da necessidade de renovação do olhar sobre a importância da história para o conhecimento das línguas e qual o real papel do tempo, enquanto variável dependente para a mudança, assim como de outros conceitos necessários à análise.

Por entre *escolhos* e mesmo com todos os possíveis *abrolhos*, aonde, entretanto, se iria sem o jogo de sombra e luz, na dimensão em que interagem na refração? O contraste entre diferentes formas que a claridade permite distinguir faz com que realidades se substantivem, mesmo que sejam estas apenas o resultado de um ou de outro ponto de vista que se manifeste – conquanto se diga e se haja de assumir – na provisoriedade das coisas.

Então, o ponto de vista é determinante para a compreensão de qualquer evento. Carlo Rovelli afirma que, embora digamos que um evento é ou *foi* ou *será*, não existe “uma gramática apta a dizer que um evento *foi*” (Rovelli, 2018, p. 91) em relação

ao falante ou que efetivamente o *seja*, em relação ao seu interlocutor, pela completa incapacidade de se compreender, sob a ótica da Física, o tempo senão como uma força ou uma forma de energia. Ao se observar a mudança linguística, portanto, a tarefa é muito mais complexa teoricamente do que se tem propagado e outras dimensões e conceitos devem ser considerados para além das conhecidas variáveis, comumente eleitas, como o tempo, já que, como bem registra Antunes (2012, p. 29), a língua

parece refletir a condição paradoxal humana de ser, ao mesmo tempo, submetida aos limites rígidos das leis físicas e impelida para os mundos ilimitados da idealização, do imaginário, da superação, da imortalidade.

Duas noções importantes, portanto, a se agregarem à ideia de tempo são as de sintropia e de entropia. Embora sejam termos originalmente cunhados pela Física, sua essência conceitual parece adequar-se plenamente, justificada pela indexicalidade, aos estudos histórico-diacrônicos e à busca pelas razões da mudança linguística.

Sintropia, ou negentropia, define-se, *grosso modo*, como a força que concorre para a organização de um sistema. Seu antônimo, a entropia, por sua vez, seria a dimensão que pode se verificar na força de desorganização desse mesmo sistema. Olhando-se para a língua, quem tenha por objetivo observar o comportamento de seus usos, há de constatar que as duas forças operam no eixo em que se distribuem as noções de que se convencionou chamar de sistema funcional, sintrópico em sua essência, portanto, e de sistema normal, entrópico, entretanto, por se submeter à força randômica social. Por depender de uma infinidade de variáveis, que nem sempre podem sequer ser pressentidas, o valor entrópico que condiciona a flutuação das normas tende a permitir, eventualmente, a renovação de aspectos ou características do sistema funcional, antes atribuída à ultrapassada noção de deriva dos estruturalismos linguísticos.

Na prática, se se retomarem os exemplos de *escolhos* e de *Abrolhos*, antes referidos, como considerar a ideia de tempo enquanto forças que levaram ao possível apagamento referencial ativo do primeiro e à modelação formal do latim *aperi oculos* na atual realidade metaplásmica portuguesa?

E aí há de se considerar o que disse, recentemente, Machado Filho (2022), sobre o léxico, que, segundo sua ótica, revela um caráter frequentemente paradoxal,

in the process of the identity construction of a language. If, on the one hand, it retains the secular extension of its most distant etymological sources, which have solidified themselves in their historical basis, on the other, it allows the new to intervene due to cultural or linguistic contacts that this same language in use is

exposed to, and to neological processes awoken by the expressive necessities of speech communities (Machado Filho, 2022, p. 193).⁸

Embora se possa identificar, em qualquer nível de análise da língua, a possibilidade de renovação do léxico e dos traços significativos, a que serve, demonstra a atuação das duas forças, de ordem sintrópica e entrópica, na consecução e, inexoravelmente, na possibilidade de observação do evento da mudança linguística. Os dois estados mínimos de observação demandam que se considerem essas duas grandezas presentes nos sistemas de todas as línguas. A sintropia só se torna possível na composição da substância linguística e na sua provisória (“enquanto dure”) estabilização, pela atuação concomitante da força entrópica das diferentes normas, emanadas pela prática efetiva da energia em direção à mesma substância linguística.

Em linhas gerais e de maneira resumptiva, isto é, considerando essa base de concepção de dupla ordem, a mudança linguística só pode ter medidas suas causas se os vestígios dessa interação se evidenciarem como memória, pois é esta, para a Física, efetivamente “o que une os processos espalhados no tempo” (Rovelli, 2018, p. 138). E, como bem afirma Koselleck (1979, p. 15), ao se tentar “tematizar o tempo histórico, não se pode deixar de empregar medidas e unidades de tempo derivadas da compreensão físico-matemática da natureza”.

O ponto de vista que se adota aqui, portanto, é o de que variação e mudança só se podem observar se considerados os aspectos sintrópicos e entrópicos que concorreram e continuam a concorrer *ad infinitum* para a revelação dos vestígios de memória, presentes na documentação remanescente do passado a servir de base das análises, no eixo cronológico, na linha do que afirma Koselleck (1979):

o tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio (Koselleck, 1979, p. 15).

Para alguns físicos, “todas vezes [em] que se manifesta uma diferença entre passado e futuro, o calor está envolvido” (Rovelli, 2018, p. 28). Mas como considerar, então, a ideia de calor em relação ao tempo nos estudos linguísticos, de forma análoga? É exatamente aí que o conceito de entropia, associado ao de sintropia, pode funcionar

⁸ Tradução nossa: “no processo de constituição identitária de uma língua. Se, por um lado, mantém a prorrogação secular das mais distantes fontes etimológicas que se solidificaram em seu esteio histórico, por outro, permite que o novo se interponha, em função dos contatos culturais ou linguísticos a que essa mesma língua em uso se possa submeter e em razão de processos neológicos, despertados por inusitadas necessidades expressivas das comunidades de fala”.

para o entendimento da variação e da mudança, já que, condicionando o calor à noção de energia, revela-se este na entropia que aqui se procura atribuir à norma, que ao fim e ao cabo é o que efetivamente opera sobre a massa fria e adormecida do sistema funcional, para a realização do evento, que, por seu turno, permite a distinção temporal entre passado e futuro. Isso, se confirmado, contraria a ideia de deriva (*drift*), já referida neste texto e filiada ao estruturalismo, nomeadamente, por Sapir (1921), há cem anos, portanto.

Dito de outra forma, a variação linguística e o reconhecimento de seus efeitos, enquanto mudança, são a revelação da recursividade das propriedades físicas em qualquer cenário de observação científica. Se se propuser uma fórmula para sua representação, poder-se-ia chegar à seguinte equação: $E + S \geq 0$, em que E (= entropia) e S (= sintropia) serão sempre igual ou maior do que zero, nunca negativo, isto é, a energia exalada pelos falantes das diferentes normas age sobre a substância fria do sistema funcional, permitindo com que a geração dessas forças despertem a variação e, eventualmente, provoquem a mudança, que se refletem na memória, que é efetivamente a constatação do tempo. Obviamente, ao se propor que a mudança seja igual ou maior do que zero, isto é, sempre positiva no resultado equacional das forças entrópicas e sintrópicas, não se quer dizer com isso que as línguas evoluam, ou seja, que se possa determinar de forma avaliativa que possa haver uma “especialização” ou alegada “melhoria” de ordem funcional ou de ampliação de um quadro de recursos linguísticos.

A ideia de positividade que recobre o conceito de evolução não se aplica às línguas, pois não são estas um ser vivo, como arriscam considerar alguns, mas um efeito da cultura. A mudança, portanto, pode permitir o desaparecimento de estruturas em qualquer nível de análise linguística, sem que isso possa ser entendido como um valor negativo. Se a energia produzida pelo embate entrópico e sintrópico resultar na extinção de determinado valor da língua, as necessidades comunicativas serão recobertas por novas estratégias funcionais, no mesmo nível ou em outra dimensão da estrutura linguística. Isso aconteceu na transformação do latim para o português, por exemplo. Eminentemente uma língua de marcação morfológica de caso, o latim foi gradativamente acionando a morfossintaxe e a sintaxe em seu processo de transmutação. O português hoje marca o caso preponderantemente pela sintaxe.

A mudança linguística, tal como se a entende, tem intrínseca relação com a própria variação nas comunidades de falantes, o que levou Coseriu, àquela altura, a sublinhar que as línguas têm uma dimensão de homogeneidade, que se reconsidera hoje como bastante relativa, e outra de uma certa heterogeneidade, reconsiderada na contemporaneidade como sua mais alta expressão. Assim, o entendimento adotado aqui pressupõe precisamente uma interligação entre fatores internos e externos no que respeita à explicação do fenômeno da mudança linguística e, por tal fato,

A tarefa mais importante da Sociolinguística histórica é desenvolver um conjunto de procedimentos para a reconstrução da língua no seu contexto social, mediante a aplicação dos instrumentos operativos fornecidos pela Sociolinguística, como forma de controlo nesse processo de reconstrução (Carvalho, 1998, p. 197).

É com esse posicionamento que a história da língua portuguesa será aqui considerada, buscando associar os fatos sócio-históricos aos diferentes estágios da língua, suas diferenças estruturais, nos variados níveis de análise, desde o que se convencionou chamar de português arcaico, passando pelo português moderno, até o português contemporâneo, em alguma de suas variedades no mundo, em especial o português europeu, o brasileiro, angolano e moçambicano, observando-se, inclusive, pontualmente, alguns aspectos relacionais com algumas línguas crioulas.

2. O português arcaico: das origens à emergência do português moderno

A taxionomia linguística é a que mais prontamente se apropria das balizas cronológicas para representação, mesmo que aproximativa, de diferentes estágios da língua⁹. O português, cuja estreia na escrita circunda os inícios do século XIII, surge de uma base relativamente comum, reconhecida como galego, ou, como preferem os portugueses, galego-português.

A datação do primeiro documento escrito em língua portuguesa ainda é controversa, pois, enquanto alguns pesquisadores defendem o *Testamento de Afonso II*, escrito em 1214, como o documento datado, seguramente representativo do que veio a se revelar como o esteio do sistema da “última flor do Lácio”, outros indicam uma *Notícia de fiadores*, de 1175, como seu mais antigo representante histórico. Inobstante essa variação cronológica de menos de meio século, é considerado, por Mattos e Silva (1991; 2008), como período arcaico (PA), esse momento de estreia da escrita do português até os meados do século XVI, embora diferentes propostas tenham sido apresentadas por vários estudiosos da história da língua (Osório, 2004).

A referida especialista em história da língua portuguesa apresenta em um dos mais significativos trabalhos sobre o tema, um quadro, em que se podem vislumbrar com precisão as várias posições taxionômicas até então assumidas, conforme a Figura 1 reproduz:

⁹ De fato, “Uma das áreas mais obscuras para o investigador histórico é, sem dúvida, a cronologia das mudanças operadas na história da língua, que poderá ser, muitas vezes incerta e controversa” (Carvalho, 1996, p. 17).

Figura 1 – Quadro-resumo das propostas para delimitação histórica do português

Limites cronológicos	1200 a	1200 a	1350 ao início do século XVI	1350 a	1350 a Camões
Autores	1385-1420	1350		1536-1540	
* Leite de Vasconcelos * Said Ali * Lima Coutinho * Mattoso Câmara * Fernando Tarallo	Português arcaico ou antigo				Português clássico ou moderno
* C. M. de Vasconcelos * Serafim da S. Neto * A. Haüy	Período trovadoresco	Prosa nacional			
* Lindley Cintra * Ivo Castro <i>et al.</i>	Português antigo		Português médio		
* P. Cuesta	Galego-português	Português pré-clássico			
* Paul Teyssier	Formação do português clássico				

Fonte: Mattos e Silva (2008, p. 20)

Como se pode interpretar do quadro acima, a terminologia adotada por alguns autores confunde “língua em uso” com “língua literária”, utilizando itens como *trovadoresco*, *pré-clássico*, *clássico*, próprios à taxionomia literária, ou mesmo muito amplos como *antigo*, que em linhas gerais poderia representar qualquer momento do passado. Ademais, embora muito usual em Portugal por alguns estudiosos da língua, o rótulo de *português médio*¹⁰ parece também impreciso taxonomicamente, já que essa ideia, adotada para outras línguas românicas, a exemplo do francês, não corresponderia temporalmente ao mesmo período para a língua portuguesa, que se encerraria um século antes, nos meados do século XVI e, não, no século XVII, como aquela sua correlata românica. Se considerada a história da língua inglesa, a imprecisão seria ainda maior, pois se considera inglês médio todo o período que vai desde os meados do século XI até aos finais do século XV.

A proposição de Mattos e Silva sempre foi, então, de defender o estabelecimento do termo *português arcaico* para o arco temporal compreendido entre o surgimento dos primeiros espólios documentais até a publicação das reflexões metalinguísticas iniciais da língua, isto é, nos meados do século XVI, sobretudo, mas cujo momento histórico é marcado por outros importantes condicionadores entrópicos, mormente de verve sociocultural. Para a autora, esses fatores de natureza sócio-histórica e cultural, que serviram para suas reflexões exaradas no conhecido trabalho intitulado *Reconfigurações socioculturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico* (Mattos e Silva, 2002), “estão certamente inter-relacionados e se enquadram nas mudanças que distinguem os *tempos moderno* do *tempo dos manuscritos medievais*, que avançavam de vários pontos da Europa para a sua margem ocidental” (Mattos e Silva, 2008, p. 23).

¹⁰ Cf. Osório (2004) e Silva e Osório (2008).

Conjugando o que aqui se convencionou chamar de aspectos entrópicos e sintrópicos¹¹, propõe a autora a observação de fenômenos linguísticos consecutivos e sociais, identificados desde a estreia da escrita em língua portuguesa até meados do século XVI, que permitem esboçar, com alguma diafanidade, duas fases distintas para o que rotulou de período arcaico: i) a primeira fase, circunscrita aos séculos XIII e finais do XIV; ii) a segunda fase, a partir do final da primeira até meados do século XVI.

O quadro-síntese dos aspectos sintrópicos, importante para a compreensão da questão, encontra-se abaixo reproduzido:

Figura 2 – Quadro-síntese de fenômenos sintrópicos característicos do português arcaico

Factos linguísticos	Séculos		XV		XVI	
	XIII	XIV	1.ª me-tade	2.ª me-tade	1.ª me-tade	2.ª me-tade
* hiatos desfeitos						
* sistema de 4 sibilantes						
* definição do ditongo nasal final						
* morfemas <i>-des, -de</i>						
* VT /u/ de PP						
* sistema binário: dêiticos demonstrativos						
* sistema binário: dêiticos locativos						
* anafóricos: <i>ende - en / hi</i>						
* conjunções arcaicas: <i>pero</i> (explicativa)						
<i>pero</i> (adversativa)						
<i>porém</i> (explicativa)						
<i>pois</i> (temporal)						
<i>ca</i> (explicativa)						
* <i>ser - estar</i>						
* <i>haver - ter</i>						
* ausência de tempo composto ¹					?	
* ordem dos constituintes na frase						?
* regras categóricas de posição dos clíticos					?	

Fonte: Mattos e Silva (2008, p. 21).

Como se observa, cronologicamente, é o início do século XV o evento em que diversos fenômenos antes presentes na língua começam a revelar variação ou mesmo comportamento de mudança, obviamente em razão da energia gerada pelos fenômenos entrópicos, que são, grosso modo, socioculturais, já que não se pretende aqui adotar a especialização proposta por Schlieben-Lange (1993), em razão de considerar que

¹¹ A posição de Mattos e Silva tem por base as ideias de Schlieben-Lange (1993), para quem os fatores externos e internos podem ser considerados em quatro níveis: “a. externo-externo (alterações políticas, demográficas sociais e culturais); b. externo-interno (atrações de necessidades comunicativas e discursivas; na avaliação das modalidades, do escopo demográfico, ou seja, nível das línguas; c. interno-externo (alteração da avaliação dos falantes); d. interno-interno (alterações das estruturas linguísticas (Mattos e Silva, 2008, p. 17).

a distância temporal em que subjaz o português arcaico não permite a identificação inequívoca de todas as possíveis relações entre os aspectos entrópicos detalhadamente.

Não obstante, a identificação de algumas mudanças ocorridas no início do século XV, relacionadas no quadro-síntese apresentado acima, impõe a consideração das forças sociais que condicionaram a implementação de inovações estruturais do português, dentre as quais tem sido considerada, sem dúvida, a ascensão da Dinastia de Avis, após a vitoriosa Batalha de Aljubarrota, em 1385, como tempo neurálgico, isto é, um momento que sucede a terrível crise sanitária, conhecida como peste negra, que assolou a Europa nos meados do século XIV e que, certamente, reordenou as práticas sociais, de que há relatos de convulsões em todos os cenários da humanidade.

Mas quanto à importância dessa “íclita geração” dinástica (como a denominou Camões, em *Os Lusíadas*, tempos depois), para os destinos de Portugal, Fernando Pessoa, em seu conhecido livro *Mensagem*, revela, na dimensão de sua poesia, seu verdadeiro peso ao dizer, sobre Philippa de Lencastre, a escolhida de D. João I: “Que enigma havia em teu seio / Que só genios concebia?”. Então, homens letrados começam a moldar comportamentos na Corte, a exemplo de D. Duarte, primogênito de D. João I, não obstante o analfabetismo generalizado da grande massa populacional, já que saber “ler e escrever representava, sem dúvida, para a época, um estádio avançado de cultura”, como registra Oliveira Marques (1864, p. 190). Castro (*apud* Carvalho, 1996, p. 48) chega mesmo a assegurar que “é de reconhecer que os infantes de Avis, os seus colaboradores e os seus contemporâneos, foram os grandes elaboradores da língua portuguesa do século XV”.

Inicia-se, então, o Humanismo em Portugal, cujo marco *a quo* tem sido atribuído à nomeação de Fernão Lopes como guarda-mor da Torre do Tombo em 1418, mas cujas raízes – registre-se – começam a fixar-se com a criação da Universidade em Coimbra, por D. Dinis, mais de um século antes, em 1290. A língua, obviamente, carece de um tempo para fletir em suas estruturas as variáveis que lhe são impostas entropicamente. Acresce, mesmo se se considerar verdadeira a afirmação de Oliveira Marques (1964, p. 188), que teria tido a Universidade “escassa importância”, sendo que a sua representação para a composição cultural portuguesa ganha dimensão com o passar dos séculos e, em especial, quando sua sede começa a transitar reiteradamente entre Coimbra e Lisboa, movendo consigo as realidades dialetais existentes à época.

No que concerne, então, à observação dos processos de variação e mudança, se se tomarem alguns aspectos indicados no Quadro-síntese acima, há de se verificar que algumas categorias gramaticais, tais como conjunções e pronomes, por exemplo, assim como a emergência de tempo verbal composto, ganham novos contornos entre a primeira e a segunda fases do português arcaico, isto é, após a ascensão da nova dinastia portuguesa e a conseqüente mudança de paradigma social. Aliás, é conhecida a história do processo de gramaticalização de *você*, cujo percurso se inicia no século XV, por claro condicionamento sociocultural, diastrático e não menos pragmático,

portanto, em razão das flutuações no uso como tratamento, antes aplicado exclusivamente à realeza, depois aos nobres e, na sequência histórica, à população em geral, tendo chegado à função de pronome pessoal e mesmo clítica alguns séculos depois, nomeadamente no português brasileiro contemporâneo.

É claro que em face a tão grande volume de fenômenos procurar-se-á, aqui, discorrer apenas sobre alguns deles, na forma de exemplário, e, evidentemente, de maneira preambular, conquanto com referências complementares indicadas. Nesse sentido, quanto aos pronomes dispostos no Quadro referido, seja em relação aos anafóricos *hi* e *en(de)*, seja na posição dos chamados clíticos, observam-se indicativos de variação, muito evidentes, na documentação remanescente desse período, com consequências significativas no diassistema das variedades do português moderno.

Os antes pronomes demonstrativos latinos *hic* e *inde* configuram-se na história de constituição do português em pronomes anafóricos, como em a) e b), abaixo.

- a) *perdeuse a memoria d[o lugar em que fora sepultado o copor de Santiago], et creceron [ende] grandes matos et arvores* (Machado Filho, 2004, p. 103)
- b) *Ca eu pera [outro lugar] nõ yrey nem pera outra casa nenhuma se nõ casa de meu padre por que creo que ia me [hi] nõ coneceram* (Machado Filho, 2004, p. 105).¹²

Gramaticalmente preenchidos, a exemplo de como o faz o francês ainda hoje, em sentenças como *Le problème? Tout le monde en parle* ou *Mes règles, j'y tiens*, mas que começa a deixar de ocorrer, progressivamente, a partir do século XV e, há alguns séculos, têm merecido mesmo não preenchimento, como categoria vazia em alguns dialetos do português brasileiro e criando, por vezes, dificuldades no aprendizado do francês, nesse aspecto, por revelar uma estratégia gramatical inusitada ao aprendiz, sobretudo ao brasileiro.

Em suma, exemplos como *Vous parlez de la dernière exposition du Musée d'Orsay? – Non, nous n'en parlons pas* e em *Est-ce que tu as acheté une nouvelle voiture? – Oui, j'en ai acheté une pour ma mère*, seriam também compulsórios na língua portuguesa, sob o risco de tornar a construção agramatical. Se se atualizasse hoje essa mesma construção mereceria uma resposta sem a necessidade de utilização de qualquer pronome, como em *Você comprou um carro novo? – Sim, comprei, para minha mãe*. Registre-se que isso se aplica ao português brasileiro, haja vista ser no português europeu a regra para a queda de pronomes em posição acusativa diferente, pois demandaria uma retomada pronominal como em – *Sim, comprei-lho*.

¹² Com ajuste no sentido da substituição de alguns critérios de transcrição por razões editoriais deste capítulo.

Logo, na história do português, uma questão relevante parece residir no funcionamento dos pronomes como um todo, em relação à sua atribuição de caso, especificamente. Machado Filho (2004, p. 107) propõe que

em algum momento do período arcaico do português as condições de atribuição de caso começaram a se alterar parametricamente, desencadeando um processo de mudança que viria progressivamente a afetar todo o sistema pronominal da língua, processo que se teria iniciado, provavelmente pelos pronomes fracos anafóricos *en(de)* e *(h)i*, que enquanto morfemas livres desapareceram, mas que de alguma forma se gramaticalizaram com o auxílio de preposições.

O que efetivamente se observa é que a breve trajetória dos citados pronomes anafóricos no português transforma criatura novamente em criador, isto é, volta-se, por assim dizer, à natureza original latina, gramaticalizando-se, dessa feita, junto a preposições *em*, *porém* ou *aí*, funcionando por vezes como demonstrativos ou mesmo dêiticos anafóricos.

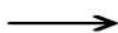
O encaixamento social e linguístico revela-se nesse cenário tão promissor que o sistema pronominal passa a indicar, progressivamente, no esteio de sua história de uso, novas possibilidades de variação e, conseqüentemente, mudança, permitindo, em todas as variedades da língua atualmente, com óbvia oscilação de frequência, que unidades dativas possam funcionar acusativamente, como em *Eu lhe amo*, formato empregado e normalmente reconhecido no Brasil, ou no caso de unidades nominativas sendo utilizadas como formas acusativas, a exemplo de estruturas como *Alguém chame ele rapidamente*, bastante regulares no Brasil, em Angola, em Moçambique e mesmo, embora não tão difundidas, também em Portugal, dialetalmente, no presente, e não menos historicamente, já que a documentação remanescente testemunha esse fenômeno há tempos.

Ainda sobre a questão pronominal, Mingas (2000, p. 72) confronta, entre diversos outros exemplos de falantes de Luanda, a sentença *Sô Paulo, lhe atropelaram navenida Brasil* com a que julga ser o padrão castiço do português: *Sr. Paulo, atropelaram-na Avenida Brasil*. Contudo, a trágica cena recoberta pelo exemplo, note-se aí, em tempo, radica num importante fenômeno que é o do posicionamento clítico, isto é, a alteração das regras categóricas de uso, ponto também indicado por Mattos e Silva no quadro referido para demonstração do caminho da mudança entre a primeira e a segunda fases do período arcaico. Lobo (2002, p. 85) chega a afirmar que é esse um “um dos aspectos linguísticos mais referidos como divisor do português nas suas variantes europeia e brasileira”, mas não apenas das duas variedades antes vistas, a brasileira e a angolana, senão também na moçambicana a que Cuesta (1994, p. 639), ao se referir aos usos representados por Mia Couto, em *Cronicando*, para caracterização do português moçambicano, chama de

colocação muito livre dos pronomes pessoais átonos pois às próclises nas orações principais afirmativas já admitidas na norma culta do Brasil há que acrescentar, como no português de Angola, ênclises nas subordinadas e nas negativas: ‘O Continente *se* oceanifica’ (...), ‘A água *se* amendoinhava’ (...), ‘Rezar *me* dá sono’, (...), ‘Vai ver que ela *demorou-se* a estudar’ (p. 14), (...) ‘É por isso que atacamos’ (...)’ (Cuesta, 1994, p. 639).

O direcionamento da clitização em língua portuguesa, cujos caminhos começam a se formar entre a primeira e a segunda fases do português arcaico, tem uma trajetória complexa e inconclusa. Percebe-se um certo engessamento da ênclise na variedade europeia do português e uma tendência contrária das outras principais variedades. No caso do português brasileiro, é clara a mudança de parâmetro do direcionamento clítico, que se dá, na fala, sempre da esquerda para a direita, enquanto no português europeu, da direita para a esquerda, como respectivamente em c) e d).

a) Me disse que haveria de chegar tarde.



b) Disse-me que havia de chegar tarde.



Isso comprova a inviabilidade de o falante do português europeu projetar o clítico na posição inicial absoluta, permitindo ainda por enquanto nessa variedade da língua a manutenção da antiga chamada lei Tobbler-Mussafia.

No âmbito verbal, para além das conhecidas disputas entre *ser* e *estar* e *ter* e *haver*, tão bem estudadas por Mattos e Silva, em vários dos seus trabalhos (nomeadamente, Mattos e Silva, 2002), interessa registrar a emergência do tempo composto em língua portuguesa que se começa a identificar nos primeiros anos do século XV¹³. No *Testamento de Afonso II*, de 1214, antes referido, consta:

Out(ri)ssi mando das d(e)zimas das luitosas e das armas e doutras dezimas q(ue) eu **tenio apartadas** en tesouros per meu reino q(ue) eles as departan assi como uiren por guisado.¹⁴

No momento de produção desse precoce Testamento, o processo de gramaticalização de *ter* e *haver* como auxiliares de tempo composto ainda não se havia

¹³ Vide Osório (2004).

¹⁴ As transcrições presentes neste trabalho, que não indiquem fonte, são de autoria de seus autores, realizadas a partir dos originais citados.

operado, haja vista representar o verbo *ter* no fragmento verbo pleno de posse, restando o complemento de natureza adjetival às forças de concordância de número e de gênero, em *apartadas*, isto é, “as dezimas das luitosas”, a que qualifica. Vê-se, progressivamente, na documentação medieval, o que João de Barros, já no século XVI, viria a denominar de “tempos per maneira de rodeo”, isto é, formadores de tempos compostos de passado, no caso do *ter*, e de futuro, no caso de *haver*. Para Medeiros (2014, p. 23), trata-se de um processo de gramaticalização, em que progressivamente “ter e haver perdem seu conteúdo semântico de posse e deixam de ser os predicadores da sentença”.

Um outro ponto destacado por Mattos e Silva em sua tabela de progressão da variação e implementação de mudança, refere-se a uma questão de ordem fônica, os hiatos desfeitos. As mudanças de ordem fônica, conquanto bastante prolíficas na história das línguas naturais, nem sempre encontram na distância temporal uma explicação de ordem entrópica para sua ocorrência. Normalmente, têm muitos estudiosos atribuído alguns fenômenos a substratos participantes da recomposição linguística e cultural de uma dada comunidade. Mas muito mais não se diz.

No português, é sabido que alguns fonemas presentes no latim foram abandonados na conformação de novas unidades lexicais durante a constituição histórica do português. Exemplo disso, facilmente identificado no português arcaico, são os [l] e [n] intervocálicos, assim como algumas consoantes sonoras, que sistematicamente caem, como em *arena* > *are_a*; **cadita* > *ca_eda*; *legitimus* > *li_idimo*; *ganatu* > *ga_ado*; *palatium* > *pa_aço*; *sedere* > *se_er*, entre tantos outros. Qualquer falante do português de hoje, em suas diferentes variedades, haveria de realizar os exemplos acima, claro que com os devidos contornos das pronúncias locais e mais ou menos atividade lexical, como *areia*, *queda*, *lidimo ou lindo*, *gado*, *paço*, *ser*, confirmando o espraiamento da crase sobre unidades em que se manifestavam os hiatos etimologicamente formados.

Os textos medievais estão repletos de hiatos derivados dessa tendência, seja em documentos relativos à primeira fase do português arcaico, seja da segunda. Entretanto, há um decréscimo progressivo e substancial quando se comparam os documentos do português moderno, isto é, da segunda metade do século XVI, com o espólio do medieval. Com vista à supressão destes hiatos, recorreu-se sobretudo à palatalização de uma consoante entre duas vogais, através da nasalidade (*VINU* > *vĩ-o* > *vinho*), à contração das duas vogais numa vogal única (*LANA* > *lã-a* > *lã*), sendo que destas contrações resultam as cinco vogais nasais [ĩ], [ẽ], [ã], [õ], [ũ], já existentes na língua.

Outro aspecto deveras caracterizador do período arcaico do português era o participio passado em *-udo*, para os verbos da segunda conjugação, a que Mattos e Silva identifica no referido Quadro-síntese como VT /u/ de PP. Ao nível da morfosintaxe, há que referir a importância do fenômeno da analogia e a simplificação dos paradigmas verbais, bem como a passagem da terminação <-udo> dos participios

passados dos verbos da 2ª conjugação a <-ido>. Carvalho (1996) dedica todo um capítulo de sua dissertação de mestrado a esse fenômeno. Para a autora (1996, p. 75), “as terminações em *-ido* dos verbos da 2ª conjugação eram largamente conhecidas no início da segunda metade do século XIII”. Segundo Mattos e Silva (1971, p. 99), as formas do particípio em *-udo* “começam a deixar de aparecer na língua escrita nos fins do século XIV, para progressivamente desaparecerem ao longo do século XV”. Diz ainda Mattos e Silva em outro livro que, na *Carta de Caminha*, do último ano do século XV, o particípio passado, “tanto em função verbal como adjetiva, já apresenta a forma analógica, e não a etimológica, com a vogal temática <i>” (1996, p. 20).

Machado Filho (2008), ao levantar 103 ocorrências de particípios passados em um testemunho trecentista dos *Diálogos de São Gregório* (versão D), identifica que aproximadamente 35% das formas nominais de verbos da segunda conjugação ainda empregam a VT *-udo* no texto, indicando, porém, predominância, já nesse período, pela forma inovadora. Não obstante, usos como *confundudo*, *conheçudo*, *enchudo*, *escondudo*, *perdudo*, *retudo*, *sabudo*, *teúdo* e *vençudo* sobreviviam ainda entre os finais da primeira fase e inícios da segunda fase do português arcaico. Reconhecer, entretanto, as forças de cada uma das variáveis entrópicas que podem ter agido para a implementação da variação e conseqüente mudança, em razão da larga distância temporal para que a mudança efetivamente se consubstanciasse, torna-se improdutivo aqui, pois demandaria uma pesquisa em *corpora* amplos e bases histórico-sociais bem assentadas.

Entretanto, dois temas bastante aliantes para o conhecimento da trajetória da língua nos remotos momentos de seu período arcaico são os do sistema de quatro sibilantes e a definição do ditongo nasal final, incluídos no Quadro-síntese de Mattos e Silva (2008). Ambos os fenômenos comprovam inequivocamente como as forças entrópicas, mesmo que não se identifiquem quais variáveis efetivamente contribuíram para isso, são capazes de alterar o sistema funcional de uma língua.

Quanto ao primeiro, o português arcaico dispunha de um quadro de sibilantes, ou, como preferem alguns, fricativas mormente alveolares, surdas e sonoras, um par apicoalveolar e outro predorsodental, que, segundo Maia (1986, p. 438), foi “comum a todo o domínio linguístico ibero-românico”. Como se sabe, as sibilantes sonoras são uma inovação do português, já que o quadro fonológico do latim não dispunha dessas realizações. Um exemplo clássico desse fenômeno, no tocante ao confronto das surdas, é o da oposição entre *paço* e *passo*. No português contemporâneo não existe, no geral, quicá senão em redutos dialetais europeus, distinção fonológica entre o que se grafa <ç> e o que na escrita se representa com <ss>, pois são hoje ambas fricativas predorsodentais ou meramente manifestações alofônicas, indistintivas, se considerado o universo normal.

A história desses dois itens lexicais e de seus correlatos na língua portuguesa (Pinto, 1980-1981) revela que *paço* inicialmente era realizada como africada [ts] e,

posteriormente, como predorsodental /s/, enquanto *passo* comportava-se no português arcaico como apicoalveolar /,s/, ou seja, um falante não necessitaria do contexto de fala, como o faz hoje, para compreender o valor significativo existente entre *paço* e *passo*, já que não se manifestavam como alofones, senão como fonemas plenamente produtivos na língua. Analisando-as etimologicamente, vê-se que *paço* advém de *palatium*, e que, consoante às forças entrópicas de uso, permitiu-se a queda do <l->, o que implicou na geração do hiato <aa> e, inicialmente, a fricatização do <ti>, como também ocorreu regularmente com os <ce> e <ci> latinos. *Passo*, por sua vez, forma-se do latim *passum*, fonicamente correlato. Não obstante, o português dos descobrimentos já não levaria consigo esse quadro fonológico, o que reforça a ideia de que o sistema não é senão o resultado da energia gerada entre as forças entrópicas e sintrópicas no uso linguístico. A simplificação do sistema dessas sibilantes, na verdade composta de quatro fonemas, por se incluírem as sonoras correspondentes (/dz/, /z/) conclui sua trajetória no século XVI, em que se assiste ao fenômeno de as duas africadas evoluírem para as predorsodentais /s/ e /z/, continuando, porém, a opor-se às duas sibilantes ápico-alveolares (/,s/ ; /,z/)¹⁵. No final do século XVI, na zona Centro e Sul do território português, assiste-se ainda a uma redução destes quatro fonemas para dois, devido à eliminação dos ápicoalveolares e respectiva fusão com os predorsodentais.

Como antes dito, outro fenômeno que corrobora inequivocamente com esse posicionamento tem a ver com o espriamento do ditongo nasal <ão>, tão característico do português. É sabido que as terminações latinas *-ane*, *-one* e *-anu* impuseram durante largo período uma tendência transformacional que permitiu a eclosão e manutenção de formas como *pã* < lat. *pane-*, *oraçõ* < lat. *oratione-* e *mão* < lat. *manu-*, durante séculos. Castro (2006, p. 161) apresenta um quadro bastante elucidativo dessa questão, abaixo reproduzido, com as devidas adequações, por coerência ao que se defendeu neste texto sobre taxionomia linguística:

¹⁵ Sobretudo no Norte de Portugal.

Quadro 1- Terminações nasais no português arcaico

	Latim		Fase 1 do PA16	Fase 2 do PA17
tam	-AM		tã	
dant	-ANT	-ã	dã	
pane	-ANE		pã	
sum	-UM		só	
sunt	-UNT	-ô	sô	-ãw
oratione	-ONE		oraçô	
multitudine	-UDINE		multidõe > multidô	
veranu	-ANU		verão	
vadunt	-ADUNT	-ã-u	vão	

Fonte: Adaptado de Castro (2006, p. 161)

Observando-se o quadro acima, concluir-se-ia que na segunda fase do português arcaico, a que Castro prefere denominar de português médio, a realização do ditongo nasal já estaria plenamente difundida nas normas portuguesas. *Oraçô, nô, só e pã, verbi gratia*, já teriam perdido sua ancestralidade etimológica e já se manifestariam no formato que vieram a se consolidar no português moderno e contemporâneo. Mas como o tempo cronológico da mudança linguística regula-se pela oscilação pendular das diferentes normas em variação, ainda tardaria, pelo menos até os inícios do português moderno, para exibir certa regularidade. Em João de Barros (1536), formas como *diçã, difinçã nam, oraçam, prolaçam, razam, relaçam, sam*, embora indiquem, pelo evidente domínio não etimológico do <-a->, o caminho fônico para a realização do que viria a constituir o tão caro ditongo nasal, não se pode considerar que o espraiamento do ditongo nasal [ãw] já se teria completado. O próprio João de Barros, ao discutir a ortografia, reconhece sete ditongos: *ay, au, ei, eu, ou, oi* e *ui*. Ademais, ao discutir a letra <m>, diz que “serve em seu lugar til, a que podemos chamar suprimimento dele e do n”, este que, por conseguinte, “serve no princípio e fim de sílaba e nunca em fim de dição”.

Um falante do português contemporâneo nem sempre se dá conta que essa realização tão identitária da língua é fruto da capacidade de as comunidades de fala alterar o inventário funcional da língua pelas novas escolhas que faz, entropicamente, no calor de seus usos.

O português arcaico revela uma enormidade de fenômenos de variação e de mudança, que aqui apenas exemplarmente foram referidos, e é um momento da história que deveria constar como conteúdo obrigatório dos cursos médios e superiores

¹⁶ O autor utiliza “português antigo”.

¹⁷ O autor utiliza “português médio”.

de língua portuguesa, no sentido de permitir que a diferença nada traz de danoso à estrutura linguística, mas, contrariamente, demonstra a vivacidade com que o sistema funcional reage às provocações da história. A transplantação da língua portuguesa para outros espaços é outro exemplo disso e será tratada no próximo ponto deste texto.

3. Os caminhos da língua portuguesa: novos rumos, novos mundos

Fernando Pessoa (1977, p. 82) disse, em um de seus poemas de *Mensagem*, que “Deus ao mar o perigo e o abismo deu, mas nele é que espelhou o céu”. Esse espelhamento veio a ser o grande reflexo que se criou como uma crescente bruma sobre o Novo Mundo, fazendo com que a língua não mais tivesse tempo ou espaço.

A conquista da distância dá-se ainda no século XV, quando, em 1415, invadem os portugueses o norte da África. Assim, se se tomar o período cronológico de finais do século XV até meados do século XVI, assiste-se ao termo do português arcaico e ao início de novos rumos para a língua que, sob o ponto de vista extralinguístico, coincide com a aventura quinhentista. Trata-se já de um período, dir-se-á, da segunda fase do português arcaico, com características diferentes da etapa precedente.

Desse modo, nessa fase da periodização da língua, sob o ponto de vista externo, tem-se de considerar alguns marcos externos fundamentais, tais como a expansão colonial (cuja datação se reporta ao início do século XV) e que, sob o ponto de vista linguístico (nomeadamente lexical), vai ter influência no percurso do português. Nesse próprio contexto colonial, encontra-se um outro reflexo para a dinâmica linguística, ressaltando, assim, a importância que os novos rebentos linguísticos, os crioulos portugueses de Ceilão, de Malaca, de Java, de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e da Guiné assumiram. Importa esclarecer que

Durante mais de um século, os portugueses detiveram o monopólio da *Carreira da Índia* e dominaram os mares, da costa oriental de África até ao sul da China e ao Japão, passando pela Abissínia e a Arábia, as costas do Malabar e de Coromandel, no sul da Índia, o Ceilão, o Golfo de Bengala, a península de Malaca, o Golfo do Sião e a Indonésia. Só no século seguinte a sua hegemonia no Índico se viu ameaçada pela concorrência e pelo ataque de outros povos europeus, como os holandeses e os ingleses, o que levaria ao seu declínio, no século XVIII. Abriu-se, deste modo, logo no início do século XVI, um novo e imenso espaço de implantação, difusão, circulação e transformação da língua portuguesa, em contacto com outras línguas e culturas. (Pereira; Reto, 2020, p. 106).

Um outro fator externo caracterizador desta época respeita ao bilinguismo luso-castelhano, iniciando-se, a partir de meados do século XV, uma fase de aproximação

das relações entre Portugal e Espanha, restabelecendo-se a unidade da antiga *Hispania* visigótico-romana. Essa política de aproximação, aliás muito marcada pelos casamentos reais entre os dois povos, manifestou-se na própria língua, visível no referido bilinguismo, de que o teatro de Gil Vicente, representado perante a Corte, entre 1502 e 1536, é disso exemplo. Aliás, a propósito da obra vicentina e da caracterização desta fase da história do português, são bem ilustrativas as palavras de Teyssier (1993, p. 68-70):

A obra do dramaturgo Gil Vicente [...] é um documento importante para compreender a maneira como se constituiu a língua «clássica». Uma série de formas e giros que a língua normal do tempo já havia eliminado aparecem nas suas peças como arcaísmos característicos de certos tipos de personagens, particularmente de camponeses e de mulheres do povo. É o caso de homem no sentido de «on» francês, o partitivo, os possessivos femininos átonos do tipo ta, sa, as formas verbais arcaicas tais como sejo, as desinências <-des> das segundas pessoas do plural, etc. [...] É a prova de que todos esses traços eram então marcados, o que vale dizer anormais para o público da Corte diante do qual essas peças eram representadas. Mesmo para as formas não marcadas, ou seja, as que pertenciam à língua padrão, a obra de Gil Vicente constitui uma baliza preciosa, pois caracteriza a língua de uma sociedade que ainda não havia incorporado de todo as inovações do Renascimento humanista e italianizante.

A literatura disponível (cf., entre outros, Silva; Osório, 2008) revela que, em meados do século XVI, sob o ponto de vista fonético, se deve realçar a permanência da distinção entre os fonemas /b/ e /v/, sendo que Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia*, menciona a confusão do com o <v> como caracterizadora de Galegos e de “alguns Portugueses d’Entre-Douro-e-Minho” (Castro, 2006, p. 193).

De destacar, também, a simplificação do sistema das sibilantes, antes mencionado, sendo quatro fonemas sibilantes nas fases iniciais do português (/ts/, /s/, /dz/, /z/) e, no século XVI, assiste-se ao fenômeno de as duas africadas evoluírem para as predorsodentais /s/ e /z/, continuando, porém, a opor-se às duas sibilantes ápicoalveolares (/ʃ/ e /ʒ/) No final do século XVI, na zona Centro e Sul do território português, assiste-se ainda a uma redução destes quatro fonemas para dois, devido à eliminação dos ápicoalveolares e respetiva fusão com os predorsodentais.

No domínio da sintaxe, como refere Martins (2002, p. 269):

A opção pela ênclise, largamente dominante durante o século XIII, vai sendo progressivamente substituída pela opção pela próclise, que se torna maioritária no século XV e quase exclusiva no século XVI. Quer isto dizer que a mudança em causa, que é lenta e gradual

[...], se esboça já no século XIV, consolidando-se nos séculos XV e XVI. O momento em que se produz a inversão de tendência relativamente à colocação dos clíticos situa-se na primeira metade do século XV, coincidindo assim com a transição de fase entre o português antigo e o português médio (conforme estabeleceu Esperança Cardeira 1999).

Ainda quanto à sintaxe dos clíticos, segundo Martins (2002, p. 271), nas orações principais afirmativas (sem o verbo em posição inicial e não introduzidas por constituintes proclisadores), verifica-se a adjacência obrigatória do clítico relativamente ao verbo, havendo uma predominância da próclise, com a ênclise com poucas abonações.

Sob o ponto de vista lexical, ao longo deste período, inicia-se um processo de relatinização do português, aliás com a introdução de latinismos (formas eruditas e semieruditas), para o que muito contribuiu a prosa da Casa de Avis e a prosa histórica dos cronistas. Essa relatinização não só tem efeito no léxico, mas é igualmente visível, por exemplo, na própria sintaxe, daí que D. Duarte, depois do verbo “crer” use uma oração infinitiva, de acordo com a sintaxe latina: “Fé e virtude per a qual o fiel crê aquele *seer* verdade que nom sente nem entende”.

De meados do século XVI até o século XVIII, assiste-se a uma contínua marcha da língua portuguesa em busca de novos rumos que se amplia até os inícios do XIX, com a fuga da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1807, cuja chegada em 1808 modificou todo o cenário sociocultural e econômico do Brasil, abrindo o terreno para que se construísse a independência política, que perdura duzentos anos.

Para muitos periodizadores da língua, ao se chegar ao século XVI, está-se perante o Português Moderno que continua, sob o ponto de vista externo, a ser marcado pelo movimento expansionista, para além de outros marcos muitíssimo importantes, tais como a codificação gramatical iniciada com a publicação da *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira. Depois da estreia da metalinguagem de Oliveira, sucedem-se diferentes obras. No compasso do expansionismo, de entre essa tradição gramaticográfica, torna-se curiosa a obra *Regras da Lingua Portueguez, Espelho da Latina*¹⁸ de D. Jerónimo Contador de Argote (1725), que retrata a língua portuguesa, às vezes, com o esclarecimento e a precisão da Linguística contemporânea, mas às vezes em completa dissonância ao conhecimento e às posições científicas e sociológicas coetâneas. Sua análise oferece preciosidades para o entendimento de como o tempo da língua acaba por ser o mesmo tempo dos homens.

¹⁸ Este excerto foi retirado de Silva Neto (1992, p. 561-564), comparando-se, para verificação de algumas grafias, com o documento que se encontra na Biblioteca Nacional (p. 291-301). Um dos aspetos mais curiosos deste texto é que o mesmo plasma aquilo que atualmente corresponderá à norma padrão do português europeu.

Embora longos, se consideradas as restrições que a própria natureza editorial de um capítulo comporta, opta-se mesmo assim por aqui apresentar alguns excertos dessa obra, no sentido de muitos deles se mostrarem exemplares para que melhor se compreendam as tensões que se estabelecem entre o poder, a standardização linguística, o preconceito, o tempo e a perene condição de dinamismo em que as forças entrópicas, isto é, sociais, sobre a língua atuam.

Isso se vê bem, inicialmente, nas primeiras linhas do Capítulo I, da quarta parte da *Gramática*, de Argote (1725), em que o autor discute, através da conhecida estratégia do forjado diálogo entre um mestre e um discípulo, a natureza dos dialetos:

MESTRE - Que quer dizer Dialecto?

DISCIPULO - Quer dizer modo de fallar.

M - Que cousa he Dialecto?

D - He o modo diverso de fallar a mesma lingua.

M - Dizey exemplo.

D - O modo, com que se falla a lingua Portugueza nas terras v.g. da Beyra, he diverso do com que se falla a mesma lingua Portugueza em Lisboa porque em huma parte se usa de humas palavras, e pronuncia, e em outra parte se usa de outras palavras, e outra pronuncia, não em todas as palavras, mas em algumas. Esta diversidade pois de fallar, que observa a gente da mesma lingua, he que se chama Dialecto.

M - E quantas castas ha de Dialectos?

D - Muytas, mas as principaes são tres.

M - Quaes são?

D - Dialectos locaes, e Dialectos de tempo, e Dialectos de profissão.

M - Que cousa he Dialecto local?

D - Dialecto local he a differença, com que se falla a mesma lingua em diversas terras da mesma nação.

M - Dizey exemplo.

D - A diversidade, com que se falla a lingua Portugueza nas terras da Beyra, e da Estremadura, he Dialecto local.

M - E quantos Dialectos locaes tem a lingua Portugueza?

D - Muytos, mas os principaes são cinco.

M - Quaes são?

D - O Dialecto da Provincia da Estremadura, o da Provincia de Entre Douro, e Minho, o da Beyra, o do Algarve, e o de Tras os Montes.

M - E que cousa he o Dialecto da Provincia da Estremadura?

D - He a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia da Estremadura.

M - E que cousa he o Dialecto da Provincia de Entre Douro, e Minho?

D - He a pronuncia, palavras, e modo de fallar a lingua Portugueza usado nas terras da Provincia do Minho, o mesmo se deve de dizer competentemente dos demais.

Mutatis mutandis, a “arguteza” de Argote, para se abusar do trocadilho, demonstra, para além de caracterização histórico-diatópica dos dialetos portugueses, a clareza incomum com que Argote elabora, surpreendentemente, muito antes da Linguística moderna, a noção de dialeto e sua metodologia de observação. Mas antes mesmo de falar dos dialetos de tempo e de profissão, uma alusão ao que se considera hoje como variação diacrônica e diamésica, o que a princípio poderia ser considerado um linguista *avant la lettre*, revela a perversidade de seu condicionamento elitista e temporal, atribuindo a outras diferenças linguísticas a malfadada pecha do preconceito social e linguístico, ao chamar de dialeto o que de fato deveria ser compreendido como língua, como no caso do mirandês:

M - E ha mais alguns Dialectos locaes?

D - Ha alguns de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto barbaros, e quasi que se não podem chamar Portuguez, mas só os usa a gente rustica da quelles [sic] lugares.

Essa visão deturpada da diversidade, ainda com muitos adeptos no mundo pós-moderno, ganha um crescente na obra de Argote e amplia as possibilidades de compreensão de como se viam ou mesmo ainda se veem as novas rotas por que a língua portuguesa passou na sua expansão pelo mundo, que, às vezes mais, às vezes menos rapidamente, foi-se modificando com o tempo e com a distância. Como um verdadeiro Fênix ressuscitado do distante século IV, o *Appendix Probi* à guisa de Argote considera a variação e, conseqüentemente, a mudança linguística, como um grande mal linguístico, como se vê abaixo:

M - Ha mais algũ Dialecto, de que trateis?

D - Ha hum modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico, e delle usa a gente ignorante, rustica, e incivil, e delle he necessario desviar aos meninos bem criados.

M - E em que differe esse mao Dialecto do Dialecto verdadeyro?

D - Differe na pronuncia, nas palavras, e no modo de fallar a lingua Portugueza.

M - Dizey exemplos.

D - Para dizerem os rusticos Por certo, dizem Bofé. Aos Tostoens dizem Tostaens, aos Grãos Grães, &c. A letra Z muytas vezes pronunciaõ como G, ao Vizitar dizem Vigitar, à Vizita Vigita. Eu fizera dizem Eu figera. Eu trouxe dizem Eu trouxe, a Ouvido dizem Ouvisso. Atreverse dizem Estreverse. Flores dizem Froles, &c.

M - Ha mais algum Dialecto?

D - Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, &c. os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo.

Tambem em Lisboa entre os homens, a que chamaõ de ganhar, ha hum genero de Dialecto, a que chamaõ Giria, de que os taes usaõ algumas vezes entre si. E assim tambem os Siganos tem outra especie de Giria, porque se entendem huns com os outros.

M - Tendes mais que dizer dos Dialectos da lingua Portugueza?

D - Mais ha que dizer, mas isto basta (Argote 1725).

Obviamente, as ideias de Argote, embora consideradas próprias para o padrão de conhecimento da época em que mesmo a absurda ideia de escravidão era normalizada, se por um lado podem causar espanto ou mesmo horror, por outro, servem de fonte de conhecimento de algumas tendências variacionais existentes à época, para além de se revelar como material para estudos sobre a ideia das mentalidades. O certo é que o que chamou de dialetos ultramarinos são, na verdade, variedades que se formaram do português no mundo, condicionadas às forças entrópicas advindas dos contextos demográficos e em razão dos contatos por que passou, e assim, como o português europeu, sobrevivem em sua propriedade histórica.

O português europeu, o português brasileiro, o português angolano, o português moçambicano, isto é, essas e todas as variedades da língua portuguesa se reconhecem na diversidade, na possibilidade de variação, na efetivação da mudança. Aliás, como bem disse Pagotto (2004), na simplicidade que convém às máximas científicas, “variação é identidade”. Hoje, o português europeu, o português brasileiro e as restantes variedades (nomeadamente as africanas) continuam a seguir seus

percursos marcados, naturalmente, pelo tempo e pela interação das gentes que por ele se esteiam culturalmente.

Se se tomar, portanto, os pressupostos de Clyne (1992) e Muhr (2012), a língua portuguesa, à semelhança de outras, é pluricêntrica. Deve-se referir, entretanto, que a língua portuguesa é a língua oficial de 8 países ou, eventualmente, 10, caso contabilizemos a RAEM e a Guiné Equatorial. Entre as variedades do português, observa-se, como seria de se esperar, que todas apresentam características bastante peculiares, para além de sua relativa unidade. Mendes (2018, p. 294) considera que

“As línguas pluricêntricas caracterizam-se por apresentar mais de um centro de referência, de onde emanam variadas normas linguísticas, nem sempre coincidentes do ponto de vista de seus usos. As normas variam internamente, porque apresentam diferenças dentro de uma mesma variedade de uso, e também variam externamente, como é o caso de normas que diferem entre países e regiões.”

Obviamente, é o fado de cada variedade seguir seu próprio caminho. Centrando-se, assim, nessa questão, no que concerne ao português europeu, por exemplo, poder-se-á referir, que, na atualidade, ao contrário das restantes línguas românicas, se assiste a uma redução das vogais nas sílabas átonas e, basicamente, os oito timbres vocálicos em sílaba tônica se reduzem para metade, em posição átona. No entanto, pode observar-se que nas variedades africanas do português, a pronúncia tende a evoluir para uma posição situada entre a do Português Europeu e a do Brasil. Todavia, para além das diferenças fonéticas assinaladas, sob o ponto de vista fonológico, o sistema continua a ser o mesmo, para todos.

De acordo com Peres e Mória (1995, p. 16), podem-se encontrar dois fenômenos linguísticos muito produtivos do português europeu contemporâneo, nomeadamente, a manifesta tendência para a ênclise do pronome pessoal clítico (mesmo em contextos de possível utilização da próclise) e o “dequeísmo” que tem a ver com a variação de uso da preposição, em orações subordinadas iniciadas por <que>. O fenômeno relativo à ausência de preposição é o “queísmo” e este uso está em forte processo de expansão.

Apesar de uma forte influência do português brasileiro no português europeu, até por força do visionamento das telenovelas brasileiras nos anos 80 do século XX, o português europeu também tem recebido muitas influências de África, não só visíveis no léxico, mas também na pronúncia das vogais tônicas e devido à tendência do Português nos países africanos, sobretudo, para o seu fechamento.

Conclusão

De toda essa aventura da língua portuguesa desde o final da Idade Média, fica um caro exemplo de que nenhuma língua sobrevive incólume a seu processo histórico. O português, quando se lhe ofereceram as condições propícias de transmissão linguística regular, foi adquirido, mesmo estudado, por camadas diferentes das populações nos diversos espaços em que se espalhou, e condicionado à normalidade própria de cada nova realidade social que se constituía, engendrando diferentes variedades de uma mesma língua. Quando inviabilizado por processos de transmissão linguística irregular profunda, como soeu ocorrer nos diferentes espaços colonizados, perdeu-se, algumas vezes, muito de sua gramática, mas de seu léxico se desenvolveram majestosos crioulos que se apoderaram da única matéria-prima possível para perpetuação, mesmo que parcelar, de sua história. É surpreendente verificar como o poema guineense de Atchutchi, como ficou conhecido o escritor Adriano Gomes Ferreira, intitulado *Noiba nobu*, reproduzido em Couto e Embolé (2010, p. 136), é revelador dessa dinâmica em que um mesmo léxico, na herança, opera-se em uma nova gramática, confirmando sua ancestralidade:

Noiba nobu / noiba na ba kasamenti / ku kara alegri // Tudu kontenti / djubi kuma k'i na ri / no tera i bunitu / tudu ki si mindjeris // No juventudi / djubi ke na soronda / Guineenses // Matchu bedju / pega na bu noiba bu leba / bo ntindi N'utru // Pa no vivi / pa no kumpu familia / pa no brinka / sabi na no tera. ¹⁹

O português no tempo é mais do que uma história, não são dois nem três, mas uma pluralidade de possibilidades. Às variedades do português no mundo juntam-se seus descendentes linguísticos, isto é, os crioulos de base lexical portuguesa, devendo, portanto, interessar a todos cada uma dessas trajetórias. Sendo o português uma língua pluricêntrica (Soares da Silva, 2010; 2018), como antes afirmado, e não obstante a existência de uma inteligibilidade entre os falantes das diferentes variedades da língua (Osório e García Martín, 2020), importa realçar que se desejam políticas linguísticas que continuem a promover a difusão e a expansão deste idioma. Para Jesus e Oliveira (2018, p. 1045),

O sistema de normas de uma língua abrange as diferentes normas que coexistem no espaço social dos falantes daquela língua. No

¹⁹ Tradução: “Jovem noiva / noiva vai para o casamento / com feição alegre // Toda contente / veja como ela sorri / nossa terra é bonita / todas as suas mulheres // Nossa juventude / observa que elas rebrotam / guineenses // Velho guerreiro / tome sua noiva e vá com ela / vocês entendem um ao outro // Para vivermos / para formarmos família / para brincarmos / alegremente em nossa terra” (COUTO; EMBOLÉ, 2010, p. 136).

caso da língua portuguesa, até o início do século XXI essa gestão era bicêntrica, com Brasil e Portugal protagonizando a principal tensão no exercício da normatização do idioma (Oliveira, 2016a). Foi com o Acordo Ortográfico de 1990 e com advento da CPLP em 1996 que se inaugurou a fase inicial de pluricentrismo da gestão da língua portuguesa. Nesse novo momento, a lusofonia se enriquece com o fortalecimento das vozes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nas políticas linguísticas para o português – momento histórico em que novas configurações políticas no continente africano também favoreceram a criação da CPLP. Após 2002, também o Timor-Leste juntar-se-ia ao grupo pela sua posição asiático-austronésica. Demograficamente, como registrado em Oliveira (2016a e 2016b), a população lusófona da África já superou em muito o número de falantes de Portugal e se encaminha, em seguida, a passos largos para superar o número de falantes do Brasil. A projeção demolinguística para o ano de 2100 é que um maior número de falantes de português estará concentrado no conjunto formado por Moçambique e Angola.

Nesse sentido, não são despiciendo os esforços de diferentes organismos que têm contribuído para que o português vá ganhando um espaço confortável na escala planetária (Instituto Camões, Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, entre outros).

Encontra-se hoje, por exemplo, em curso sob a responsabilidade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e coordenação da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), conforme previsto pelo Acordo Ortográfico em vigor.

A estratégia de promoção, difusão e projeção da língua portuguesa proposta pelo Plano de Ação de Brasília, de 2010, é outro exemplo de ação que se baseia nos seguintes pontos principais: i) implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; ii) promoção e difusão do ensino de língua portuguesa, nos espaços da CPLP, nos espaços da diáspora, assim como no ensino do português como língua estrangeira (L2); iii) acompanhamento da implementação do acordo ortográfico; iv) difusão pública da língua portuguesa, no que concerne a acordos de cooperação, editoração, atividades culturais, intercâmbios, entre outras ações; e v) inclusão da sociedade civil em todos os aspectos propostos.

E como se começou este texto, falando-se do tempo e da alma, essas, por assim dizer, “formas invisíveis da distância imprecisa”, se se permitir a paráfrase a Fernando Pessoa (1978, p. 78), e a relação que estabelecem com a mudança linguística, que aqui se procurou brevemente demonstrar, sobretudo sob o espectro da força da norma e da variação, encerra-se esta narrativa com o melhor das possibilidades de uma

língua, a poesia, nos conformes do que foi dito: “Cinza, pisamos, cinza. / Retratos conhecidos. / Vozes que ainda trazemos nos ouvidos. (...)” (Meireles, 1983, p. 703).

Referências

- ANTUNES, I. Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.
- ARGOTE, J. C. de. Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina. Lisboa Occidental: Officina da Música, 1725.
- BYNON, T. Historical linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- CARVALHO, M. J. Do português arcaico ao português moderno: contributos para uma nova proposta de periodização. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996.
- CARVALHO, M. J. Sociolinguística histórica: estatuto, metodologia e problemas. Revista Portuguesa de Filologia, v. XXII, 1998.
- CASTRO, I. Introdução à história do português. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2006.
- CLYNE, M. (Ed.). Pluricentric languages: differing norms in different nations. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1992.
- COSERIU, E. Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico. 3. ed. Madrid: Gredos, 1988.
- COSERIU, E. Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.
- COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. Pápiá: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, n. 20, 2010.
- CUESTA, P. V. Observações sobre o português em Moçambique. In: ACTAS DO XX CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOXÍA ROMÁNICAS, Santiago, 1989. p. 631-647.
- FARACO, C. A. Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- HUMBOLDT, W. V. Ueber die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues. Darmstadt: H. Nette, 1949.
- JESUS, P.; OLIVEIRA, G. Ensinando línguas em uma perspectiva pluricêntrica: o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE). Domínios de Lingu@gem, v. 12, n. 2, p. 1043-1070, 2018.
- KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Maas; Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 1979.
- LEÃO, D. N. Ortografia e origem da língua portuguesa. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983 [1606].

LOBO, T. A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. (Orgs.). O português quinhentista: estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 83-101.

MACHADO FILHO, A. Diálogos de São Gregório: edição e estudo de um manuscrito medieval português. Salvador: Edufba; Mosteiro de São Bento da Bahia, 2008.

MACHADO FILHO, A. Ende e hi no período arcaico do português. In: COSTA, S.; MACHADO FILHO, A. (Orgs.). Do português arcaico ao português brasileiro. Salvador: Edufba, 2004. p. 83-113.

MACHADO FILHO, A. The history of the lexicon. In: KABATEK, J.; WALL, A. Manual of Brazilian Portuguese Linguistics. Berlin: De Gruyter, 2022. p. 193-218.

MAIA, C. de A. História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: INIC, 1986.

MARQUILHAS, R. A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINET, A. Fonction et dynamique des langues. Paris: Armand Colin Éditeur, 1989.

MARTINS, A. M. Mudança sintáctica e história da língua portuguesa. In: História da língua e história da gramática. Braga: Universidade do Minho, 2002. p. 251-297.

MATTOS E SILVA, R. V. A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500. Salvador: Edufba, 1996.

MATTOS E SILVA, R. V. A mais antiga versão portuguesa dos Quatro livros dos diálogos de São Gregório. 4 v. São Paulo: USP, 1971. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.

MATTOS E SILVA, R. V. A variação ser/estar e haver/ter nas Cartas de D. João III entre 1540 e 1553. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. O português quinhentista: estudos linguísticos. Salvador: Edufba, 2002.

MATTOS E SILVA, R. V. O português arcaico: uma aproximação. 2 v. Lisboa: IN-CM, 2008.

MEDEIROS, C. S. L. Ter/haver + particípio passado: um caso de mudança no Português Arcaico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

MEIRELES, C. Obra poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

MENDES, E. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE. In: ALVAREZ, M. L. O.; GONÇALVES, Luís (Orgs.). O mundo do português e o português no mundo afora: especificidades, implicações e ações. Campinas: Pontes, 2016. p. 293-310.

MINGAS, A. Interferência do kimbundo no português falado em Lwanda. Porto: Campo das Letras, 2000.

MUHR, R. Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages. In: MUHR, R. (Ed.). Non-dominant varieties of pluricentric languages: getting the picture. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2012. p. 23-62.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A sociedade medieval portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

OSÓRIO, P; GARCÍA MARTÍN, Ana María. Proximidad lingüística del español y el portugués. In: La proyección internacional del español y el portugués: el potencial de la proximidad lingüística. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020. p. 55-79.

OSÓRIO, P. Contributos para uma caracterização sintáctico-semântica do português arcaico médio. Covilhã: UBI Editora, 2004.

PEREIRA, D; RETO, L. O processo de internacionalização do português. In: La proyección internacional del español y el portugués: el potencial de la proximidad lingüística. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020. p. 101-124.

PERES, J. A.; MÓIA, T. Áreas críticas da língua portuguesa. Lisboa: Caminho, 1995.

PINTO, A. A. A africada [ts] em português: estudo sincrónico e diacrónico. Boletim de Filologia, t. XXVI, p. 139-192, 1980-1981.

ROVELLI, C. A ordem do tempo. Trad. Silvana Cobucci. Lisboa: Objectiva, 2018.

SAPIR, E. Language: an introduction to the study of speech. New York: Harcourt Barce Jovanovitch Inc, 1921.

SCHLIEBEN-LANGE, B. História do falar e história da linguística. Trad. Fernando Tarallo. Campinas: Edunicamp, 1993.

SHAKESPEARE, W. 50 sonetos. Trad. Ivo Barroso; pref. Antônio Houaiss; est. Nehemias Gueiros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SILVA NETO, S. História da língua portuguesa. 6. ed. Rio de Janeiro; Lisboa: Presença; Dinalivro, 1992.

SILVA, J. F.; OSÓRIO, P. Introdução à história da língua portuguesa: dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico. Lisboa: Edições Cosmos, 2008.

SOARES DA SILVA, A. O português no mundo e a sua standardização. In: O português na casa do mundo, hoje. V. N. Famalicão; B.: BabeliUM; Húmus, 2018. p. 111-132.

SOARES DA SILVA, A. Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence. In: Advances in Cognitive Sociolinguistics. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2010. p. 41-83.

TEYSSIER, P. História da língua portuguesa. Trad. Celso Cunha. 5. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1993.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). Directions for historical linguistics: a symposium. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.